

Políticas de avaliação externa em larga escala: um estudo comparado¹

Michele Luciane Blind de Morais (Unoesc)
micheleblind10@gmail.com.br
Marilda Pasqual Schneider (Unoesc)
marilda.schneider@unoesc.edu.br
Silmara Terezinha Freitas (Unoesc)
silmara.fisica@gmail.com

1 Introdução

O uso das avaliações externas em larga escala tem servido para orientar decisões políticas e os serviços educacionais influenciando, nas últimas décadas, a regulação dos currículos escolares, o trabalho docente e a gestão da escola (SCHNEIDER; FALAVINHA, 2022).

Com um discurso em prol da qualidade da educação, as políticas de avaliação externa em larga escala advogam em favor da necessidade de padrões internacionais de ensino na educação básica, contudo, do ponto de vista das finalidades a que se destinam e dos usos de seus resultados, essas políticas tendem a certa uniformização desconsiderando as realidades distintas dos países.

Considerando os pressupostos da metodologia comparada, constitui objetivo deste texto realizar estudo do sistema nacional de avaliação externa em larga escala da educação básica, do Brasil e do Chile², tendo em vista analisar as consequências, para gestores e professores, considerando o uso que fazem das ferramentas de *accountability*³ atreladas aos sistemas de avaliação. O estudo focaliza recolha de documentos que oferecem sustentação legal a essas políticas em cada um dos países amostrados.

2 Desenvolvimento

¹ Pesquisa financiada pela Capes e Uniedu.

² A opção pelo estudo comparado tem por motivação uma investigação desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos em Políticas Públicas de Avaliação Educacional e *Accountability* em Países da América Latina – GEPPAyA, que congrega investigações do Brasil, Chile, Colômbia e México.

³ Segundo Schneider e Morais (2018), “o tema da *accountability* começou a ser difundido no Brasil no período subsequente ao do esgotamento do regime militar, em conciliação com reformas neoliberais e gerenciais no aparato do Estado. Na educação, as primeiras iniciativas de vinculação entre políticas de avaliação e *accountability* surgiram na primeira década do século XXI, filiadas às demandas por regulação da qualidade e participação social no monitoramento educacional”.

Em se tratando de países da América Latina, o Chile pode ser considerado pioneiro na implantação de políticas educacionais com fins de *accountability*. Apesar de essa perspectiva ser identificada em documentos do governo chileno ainda no início da década de 1980, foi somente a partir dos anos 90 que a articulação entre a avaliação e *accountability* passou a constituir foco de políticas educacionais neoliberais.

Já, no Brasil, ainda que iniciativas nessa direção tenham ocorrido a partir dos anos 90, foi com a implantação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, que a associação se tornou mais evidente.

Segundo Schneider e Falavinha (2022), algumas similitudes entre esses dois países podem ser observadas na estrutura do sistema nacional de avaliação externa em larga escala da educação básica, conforme representado no Quadro 01.

Quadro 01: Mecanismos de avaliação da educação básica (Brasil e Chile)

	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO		OBJETIVO	OBRIGATORIEDADE
BRASIL	ENEM		- Medir domínio das aptidões e habilidades no final da educação básica.	Voluntário
	ENCEJA		- Medir habilidades de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Médio e Fundamental.	
	SAEB		- Medir a qualidade, equidade e eficiência da educação praticada.	Obrigatório
CHILE	AVALIAÇÃO SOMATIVA	SIMCE	- Avaliar aprendizagem dos alunos, a qualidade e equidade da educação.	Obrigatório
		Estudo de Amostra	- Monitorar o desempenho da aprendizagem do aluno.	
		Avaliações Internacionais	- Monitorar a aprendizagem em comparação a outros países do mundo.	
	AVALIAÇÃO PROGRESSIVA		- Avaliar o progresso dos alunos na aprendizagem e seu desenvolvimento e observar informações sobre o aluno e o ensino	Voluntário
	AVALIAÇÃO FORMATIVA		- Orientar o processo de ensino e aprendizagem e obter informações sobre o estado atual da aprendizagem em relação ao objetivo do educando.	Obrigatório

Fonte: Elaborado com base em Schneider e Falavinha (2022)

Como pode ser observado, os sistemas Saeb (Brasil) e Simce (Chile) se assemelham quanto ao objetivo de medir a qualidade e equidade da educação. Os dois sistemas preservam, contudo, algumas heterogeneidades quando analisadas as consequências dos resultados das provas aplicadas, para escolas e professores, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Consequências dos sistemas nacionais de avaliação

Sistema nacional	Consequências para escolas	Consequências para gestores/professores	Outras Consequências
BRASIL Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica (2018)	Não há informações sobre o impacto do desempenho dos alunos para as escolas, contudo, o resultado serve de subsídio para responsáveis pelos estudantes avaliarem as escolas.	Incentiva a definição de estratégias, tendo em vista reverter resultados indesejados.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ideb - favorece a comparação entre escolas. 2. Foco nos resultados. 3. Controla a conduta escolar. 4. Atrelado à prestação de contas. 5. Fornece informações aos gestores locais e responsáveis pelos alunos para que possam atuar como agentes de responsabilização junto às escolas.
CHILE <i>Nuevo Sistema Nacional de Evaluación de Aprendizaje (2018)</i>	A Agência de Qualidade visita as escolas. Especial atenção é dada aos alunos com os piores resultados de aprendizagem e seus professores. Com essa prática, chegam à mudar o corpo docente ou encerrar as atividades.	Os professores são obrigatoriamente avaliados, quem estiver nas categorias “básico” ou “insatisfatório” deve seguir um plano de aprimoramento profissional. No ano seguinte, será reavaliado. Caso repita o resultado anterior, não será mais responsável pela disciplina e continuará sua capacitação. Se depois disso fracassar novamente, deverá abandonar o ensino. Há punição ou bônus salarial, dependendo do resultado da avaliação.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Classifica as escolas por meio de uma escala de desempenho e determina ações. 2. Sistematização e disseminação de “boas práticas”. 3. Meritocracia.

Fonte: Elaborado com base em Schneider e Falavinha (2022)

É possível afirmar que o sistema de avaliação brasileiro apresenta maior incidência na prestação de contas enquanto, no Chile, predominam mecanismos de avaliação pautados na responsabilização das escolas pelo desempenho educacional dos estudantes.

3 Considerações Finais

A utilização de mecanismos de avaliação externa em larga escala, articulada com dispositivos de *accountability*, coaduna com a implantação de políticas públicas de corte neoliberal na educação básica. Isso nos permite questionar a potencialidade dessas políticas na promoção da proclamada qualidade.

Sobre a política nacional de avaliação do Chile, evidencia-se que a implantação do Simce favorece o aumento das desigualdades sociais, especialmente pelo efeito meritocrático no uso das ferramentas da *accountability*. Por seus resultados terem grande divulgação, as finalidades das políticas de avaliação externa extrapolam o nível escolar e tornam-se poderosos instrumentos de controle das ações escolares. Na educação básica brasileira as ferramentas de prestação de contas e responsabilização são utilizadas como mecanismo para reforçar a imagem de uma administração pública que atua a distância, por meio do discurso da transparência e da autonomia da escola.

No que toca à *accountability*, embora o Brasil opere ações de prestação de contas e transparência, principalmente pela via do Ideb, elaborando, monitorando e aprimorando as políticas públicas, o Chile adota medidas meritocráticas e consequências de alto impacto, não sem razão, já que é apontado como um dos países pioneiros na implementação de dispositivos de *accountability* atrelados às avaliações externas em larga escala. As consequências produzidas operam em favor de uma definição de qualidade para a educação básica pautada na eficiência, na eficácia e na competitividade internacional (LAMARRA, 2012).

Apesar das aparentes distinções entre os sistemas de avaliação externa em larga escala do Brasil e do Chile, é certo que ambos os países sofrem influência internacionais na construção e operacionalização de seus sistemas de avaliação. Por isso, tais sistemas de avaliação enfatizam os resultados em detrimento dos processos educativos e a concentração das responsabilidades, tendo como foco os gestores e docentes, no uso de ferramentas de *accountability* atrelados aos resultados das avaliações nacionais.

Referências

LAMARRA, N. F. Universidad y calidad em América Latina em perspectiva comparada: interrogantes y desafios. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 661-688, nov. 2012

SCHNEIDER, M. P.; MORAIS, M. L. B. de. Balanço da produção acadêmica sobre *accountability* no Brasil. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 21, n.3, pp. 123-135, set./dez. 2018.

SCHNEIDER, M. P.; FALAVINHA, S. G. Políticas de avaliação nacional da educação básica em países da América Latina: estudo comparado entre Brasil e Chile. *Relatório de Pesquisa*, 2022.